



**RELATÓRIO SOBRE
LIBERDADE DE IMPRENSA NO BRASIL**

Brasília, dezembro de 2007.

Defesa permanente da liberdade de imprensa

A **Associação Nacional de Jornais** sempre manteve sua postura de incondicional defesa da liberdade de imprensa. Trata-se de compromisso adotado no momento de sua fundação e que permanece como sua principal linha de atuação.

Apesar das garantias dadas à liberdade de imprensa pela Constituição de 1988, em muitos momentos a atividade jornalística sofre limitações. Muitas dificuldades foram superadas, mas outros desafios surgiram no cotidiano dessa atividade, como pressões, ameaças e violências contra jornais e jornalistas, os quais encontram firme apoio por parte da **ANJ**.

Ao longo de 2006 e 2007, o monitoramento feito pelo Programa de Defesa da Liberdade de Imprensa, criado em 1997, indicou, mais uma vez, a importância da necessidade fundamental de vigilância por parte de todos aqueles que lutam em favor da democracia no país.

Em 2006, ano de eleições gerais no país, candidatos a mandatos políticos conseguiram, em diversas situações, que o Poder Judiciário praticasse censura, impedindo a divulgação de informações para a sociedade. Nos últimos anos, têm sido freqüentes casos em que decisões judiciais afrontam o princípio constitucional da liberdade de informação.

Nesse aspecto, é importante registrar a preocupação com o entendimento que algumas instâncias judiciárias no Brasil vêm tendo a respeito dos processos de danos morais movidos contra jornalistas e empresas de comunicação. Com base em uma combinação de artigos da Constituição e na legislação específica sobre danos morais, alguns juízes vêm tomando decisões liminares que significam, na prática, a censura prévia.

Com pesar, este Relatório registra o assassinato de um jornalista, assim como atentados e agressões em diversos pontos do país.

No âmbito do trabalho da ANJ no campo da liberdade de imprensa e para debater casos como os enumerados neste Relatório, foi realizada no dia 8 de maio de 2007 a II Conferência Legislativa sobre Liberdade de Imprensa, em parceria com a UNESCO.

O acompanhamento permanente que a ANJ faz da situação da liberdade de imprensa no Brasil é a principal fonte de informações de entidades internacionais que também atuam na mesma luta. É o caso da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), que realizou em Miami, em outubro de 2007, sua 63ª Assembléia Geral, quando divulgou relatório sobre a situação da liberdade de imprensa nas três Américas. A ANJ esteve representada por seu vice-presidente responsável pelo Comitê de Liberdade de Expressão, Júlio César de Mesquita. Na ocasião, a SIP divulgou documento chamando a atenção para a escalada autoritária em países da região, com graves conseqüências para o livre exercício do jornalismo e a liberdade de expressão.

É procedimento do Programa de Defesa da Liberdade de Imprensa, ao receber denúncias nesse campo, promover uma investigação sumária dos casos considerados atentatórios à liberdade de imprensa e de expressão. Conta com o apoio dos associados nessa apuração e, conforme avaliação da diretoria, emite notas de repúdio e de alerta às autoridades, exigindo providências e medidas imediatas e severas.

A seguir, os casos relacionados pelo Programa de Defesa da Liberdade de Imprensa da ANJ no período de setembro de 2006 a dezembro de 2007.

1. Assassinato

5 de maio de 2007 - O jornalista Luiz Carlos Barbon Filho foi assassinado por volta das 21h do dia 5 de maio, na cidade de Porto Ferreira, interior de São Paulo. Desde 2003, ele vinha fazendo reportagens sobre um esquema de aliciamento de menores na região. Há indícios de que Luiz Carlos foi morto em função do trabalho jornalístico que fazia para o *Jornal do Porto*, o *JC Regional* e a *Rádio Porto FM*, da cidade de Porto Ferreira. Barbon foi alvo de dois tiros de espingarda calibre 12. Levado com vida ao Pronto Socorro Municipal, não resistiu.

2. Prisão

26 de abril de 2007 – O jornalista José Diniz Júnior, proprietário do tablóide *Matéria-Prima*, de Taubaté, São Paulo, ficou 14 dias preso de maneira irregular, em função de condenação com base na Lei de Imprensa, embora a pena já estivesse prescrita. A ação foi movida em 2004, pelo delegado José Luiz Miglioli diante da publicação de artigo no jornal de Diniz. O delegado considerou ofensivo o artigo, assinado pelo presidente do Taubaté Country Club, mas o autor não assumiu a autoria do texto. Com base na Lei de Imprensa, o delegado processou o jornalista, que foi condenado a 74 dias de prisão. De acordo com a Lei, a pena prescreve em dois anos. No entanto, dois anos e quatro meses depois da sentença, Diniz foi preso. Após recurso à Justiça, foi libertado.

3. Atentado

9 de abril de 2007 – Na madrugada do dia 9 de abril, um incêndio destruiu parte da redação do jornal *Tribuna do Povo*, de Várzea da Palma, Minas Gerais. Não houve feridos. De acordo com o jornal, o prejuízo foi de aproximadamente R\$30 mil.

Um morador vizinho ao prédio alertou a polícia, que encontrou galões de combustível no local. Um perito policial confirmou que o incêndio foi criminoso. As constantes denúncias feitas pelo veículo sobre irregularidades na gestão de fundos públicos da cidade podem ter gerado desafetos e causado o ato criminoso.

19 de agosto de 2007 – O repórter Amaury Ribeiro Júnior, do **Estado de Minas** e do **Correio Braziliense**, foi alvo, na noite do dia 19 de agosto, de atentado na Cidade Ocidental, a 48 km de Brasília, quando apurava informações para série de reportagens sobre escalada de violência no Distrito Federal que vinha sendo publicada pelo **Correio**. Um homem encapuzado disparou três tiros contra Amaury e fugiu. O jornalista sobreviveu ao atentado.

22 de novembro de 2007 – O radialista João Carlos Alckmin, da Rádio Piratininga, em São José dos Campos, sofreu no dia 22 de novembro atentado, com disparos de dois tiros, um no pescoço e outro na barriga. Ele vinha noticiando há cinco anos a exploração de máquinas de caça-níqueis na cidade. O radialista sobreviveu ao atentado.

4. Agressões

5 de janeiro de 2007 – Marcelo Zeferino, repórter-fotográfico do *Jornal da Cidade*, de Jundiaí, São Paulo, foi agredido por um policial militar enquanto cobria deslizamento de terras no bairro da Colônia, zona norte da cidade. O PM, que não possuía identificação, aproximou-se do repórter e bateu na máquina fotográfica – de propriedade do jornal – que Zeferino utilizava. O flash foi quebrado e o repórter quase atingido.

8 de janeiro de 2007 – Roberto Mota, repórter-cinematográfico da *Rede SC/SBT*, em Florianópolis, Santa Catarina, foi agredido por um policial militar enquanto registrava imagens de atropelamento ocorrido no terminal urbano do centro

da capital catarinense. O jornalista Luís Prates, do jornal *Notícias do Dia*, registrou a agressão. Mota foi convocado a prestar depoimento na Corregedoria da Polícia Militar.

12 de janeiro de 2007 – Dois profissionais da *TV Gazeta Norte* foram obrigados, por policiais militares que faziam a guarda da Penitenciária de Linhares, Espírito Santo, a ficar de joelhos, com as mãos na cabeça e sob a mira de armas durante tumulto no presídio. A repórter Vanessa Araújo e o cinegrafista Antônio Cosme cobriam o trabalho da polícia, que tentava conter a ação dos presos. Os policiais alegam que os jornalistas foram impedidos de continuar a cobertura por terem invadido uma área de segurança, mas a Secretaria de Segurança Pública admitiu que houve excesso por parte dos policiais.

14 de janeiro de 2007 – Jornalistas que filmavam famílias das vítimas do desmoronamento da obra do Metrô de São Paulo foram agredidos por grupo de funcionários da Cooperativa Transcooper, empresa proprietária do microônibus soterrado. A Polícia Militar foi acionada durante o tumulto e um dos soldados jogou spray de pimenta no rosto do assistente de câmera Luiz Finotti, da *Rede Globo*. Equipamentos dos veículos de comunicação foram quebrados. A repórter do jornal *Agora*, Carla Brigatto, foi agredida por um policial. Outro jornalista foi jogado no chão e chutado por funcionários da cooperativa. O técnico da *Rede Globo* Carlos Fogazza teve o supercílio cortado durante o confronto.

22 de março de 2007 – O apresentador Justino Filho, do programa “Aqui Agora”, veiculado por afiliada da *Rede SBT* no município de Imperatriz, Maranhão, foi espancado e ameaçado de morte a mando do prefeito de Davinópolis conhecido como Chico do Rádio. A agressão aconteceu após a exibição, dois dias antes, de programa que denunciava o prefeito por corrupção e desvio de verbas públicas. Justino foi agredido pelos filhos de Chico do Rádio, José Wilton e Wendel, que estavam acompanhados de dois capangas.

25 de abril de 2007 – A jornalista Célia Pinho, o repórter cinematográfico Edílson Matos e o motorista Marcelo Silva, da *TV Record*, em Belém, Pará, foram agredidos pelo policial federal Alessandro Dantas de Oliveira, quando trabalhavam na apuração de denúncias de assassinato contra o policial. A agressão aconteceu no dia 25 de abril. Alessandro Dantas de Oliveira é acusado de ter assassinado um assaltante, na manhã do dia 24, em frente ao colégio GrãoPará, na capital paraense. O policial também danificou o equipamento de reportagem.

5. Ameaças

28 de setembro de 2006 – Uma equipe de entrega da *Gazeta de Joinville* foi abordada, em Balneário Camboriú, Santa Catarina, por homens que se fizeram passar por policiais, tentando impedir a distribuição do jornal naquela cidade. A equipe da *Gazeta* anotou as placas dos veículos do grupo e registrou queixa na polícia. Posteriormente, foi constatado que um desses veículos era de propriedade de Leonel Pavan Júnior, filho do senador e candidato a vice-governador do estado Leonel Pavan (PSDB), alvo de reportagens, críticas e denúncias do jornal.

31 de outubro de 2006 – Três repórteres da revista *Veja* foram intimidados durante depoimento que prestavam à Polícia Federal para investigação interna sobre o caso da tentativa de uso de dossiê contra o PSDB antes das eleições. Os repórteres Júlia Dualibi, Camila Pereira e Marcelo Carneiro foram tratados como suspeitos e não como testemunhas, sofrendo constrangimentos e ameaças pelo delegado Moysés Eduardo Ferreira. Os jornalistas haviam feito matéria que demonstrava a tentativa da Polícia Federal de excluir o ex-assessor da presidência da República Freud Godoy das investigações sobre o dossiê.

19 de novembro de 2006 – O capitão e ex-comandante da Polícia Militar de Capivari, São Paulo, Luís Carlos Ferreira, ameaçou de morte o repórter Roberto Pazzianotto, do jornal *Dois Pontos*, em função de matéria sobre episódio de violência,

na sede do Capivari Clube, protagonizado pelo militar. Na noite do dia 19 de Novembro, o repórter foi abordado pelo capitão, que o ofendeu e provocou. Irritado porque o jornalista não aceitava as provocações, o capitão o ameaçou de morte, deixando claro que carregava arma na cintura. “Não consegui matar o Caco Barcellos, porque ele é da Globo. Mas com você vai ser muito mais fácil”, disse o capitão da PM, segundo testemunhas.

19 de março de 2007 – Cristina Moura, jornalista do *Século Diário*, de Vitória, Espírito Santo, sofreu ameaça de morte em função de sua atuação profissional. Ela era responsável pelas reportagens que vinham sendo publicadas no jornal, baseadas nas atas da CPI do Grampo instalada pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo. Na madrugada do dia 19 de março, um homem telefonou para Cristina dizendo que ela deveria parar de escrever as matérias sobre a CPI. Caso continuasse, poderia morrer. A CPI do Grampo tem como objetivo apurar a existência de escutas irregulares, além de informações de que há pessoas operando aparelhos clandestinos que interceptam ligações telefônicas no Espírito Santo.

30 de março de 2007 – José Santana, diretor da *Folha Evangélica*, e o editor do jornal, Elias Costa Tenório, foram ameaçados de morte por funcionários da prefeitura de Itapema, Santa Catarina. O jornal recebeu ligação telefônica denunciando que o prefeito da cidade, Sabino Bussanello (PT), estaria usando veículo oficial da prefeitura para ir jogar futebol, e ainda fora do horário de expediente. A equipe do jornal dirigiu-se ao local e constatou a veracidade da denúncia. Ao tentar fotografar o ocorrido, porém, os jornalistas foram impedidos por membros da Administração Municipal, que participavam do jogo. Os funcionários cercaram o carro do jornal e anunciaram “pegar e quebrar” os repórteres. Um deles chegou a ameaçar os jornalistas de morte. De acordo com a direção da *Folha Evangélica*, as ameaças seriam causadas pelo fato de o jornal vir publicando denúncias sobre irregularidades cometidas pelo governo Bussanello.

15 de agosto de 2007 – A Comissão de Valores Mobiliários, autarquia federal responsável pela fiscalização do mercado financeiro, divulgou no dia 15 de agosto minuta de edital que regula a atividade de analista de valores mobiliários e, indiretamente, afeta o trabalho dos jornalistas que cobrem o mercado financeiro. A proposta, colocada em consulta pública, resulta, na prática, na regulamentação do trabalho desses jornalistas, pretendendo, ainda, impor parâmetros de natureza ética para a publicação de suas matérias.

6. Censura

28 de setembro de 2006 – O Juiz de Direito da Vara Criminal de Itaguaí, Rio de Janeiro, Rafael de Oliveira Fonseca, concedeu liminar à ação de busca e apreensão contra o *Jornal Atual*, daquela cidade. A ação foi movida pelo prefeito Carlo Busatto Jr.. Citado pelo Ministério Público nas investigações da chamada “Máfia dos Sanguessugas”, Busatto pretendia impedir o jornal de divulgar informações relativas às denúncias contra ele. Em sua liminar, o juiz determina a apreensão de qualquer texto ou exemplar de jornal que faça referência ao assunto. O *Jornal Atual*, porém, sequer havia publicado a matéria sobre o tema.

1º de outubro de 2006 – O *Diário de Marília* teve sua circulação suspensa por meio de liminar concedida pela juíza Paula Bredariol, atendendo a pedido do ex-prefeito e candidato a deputado federal José Abelardo Camarinha (PSB) e do seu filho Vinícius Camarinha (PSB), deputado estadual candidato à reeleição. Eles consideraram caluniosas as informações contidas na manchete do jornal, que informava sobre a inelegibilidade dos dois, em decorrência de representação da Procuradoria Regional da República em São Paulo por abuso do poder econômico e por uso de funcionários e de bens públicos em campanha.

15 de novembro de 2006 – O presidente do Clube de Regatas Vasco da Gama, do Rio de Janeiro, Eurico Miranda, proibiu o acesso de repórteres do diário esportivo

Lance! e do canal de televisão *ESPN* para realizar seu trabalho de cobertura jornalística na sede do clube. Os dois veículos vinham buscando informações sobre as eleições que reconduziram Eurico Miranda à presidência do Vasco. O direito de entrar nas dependências do clube foi garantido por medida liminar.

15 de junho de 2007 – A juíza Ana Lúcia Xavier Goldman, da 1ª Vara Cível de Jundiaí, São Paulo, proibiu, no dia 15 de junho, a publicação de uma entrevista do jornal *Folha de Vinhedo*, da cidade de Vinhedo, que denunciava irregularidades supostamente cometidas por autoridades do Judiciário e do Executivo, e por empresários da cidade. O texto iria “macular a credibilidade do Poder Judiciário e do Ministério Público de Vinhedo”, declarou na sentença a juíza.

20 de junho de 2007 – A juíza Silvia Lúcia Bonifácio de Andrade Carvalho, da 2ª Vara Cível de Salvador, Bahia, proibiu, no dia 20 de junho, o *Grupo Metrópole* de divulgar “referências explícitas ou implícitas, depreciativas ao nome, à honra, ao caráter, à intimidade, à vida privada e à imagem” do prefeito João Henrique Carneiro. Na sentença de decisão liminar, a juíza impôs multa de R\$ 200 mil em caso de descumprimento de sua decisão. A ordem judicial também determinou o recolhimento de todos os exemplares da revista do Grupo Metrópole – que tem ainda rádio, site e blog – que continham matéria de crítica à administração do prefeito, sob o título “A cidade no buraco – Salvador afunda em dívidas, lixo e bagunça”.

5 de dezembro de 2007 – O site Vide Versus, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, foi proibido no dia 5 de dezembro de divulgar notícias referentes a denúncias contra o deputado estadual Alceu Moreira. O político requereu e o juiz Hilbert Maximiliano Akihito Obara determinou que a Companhia de Processamento de Dados do Estado (Procergs) tirasse o site do ar até que as notícias referentes ao deputado fossem excluídas. O juiz ainda proibiu o editor do Vide Versus, Vitor Vieira, de conceder qualquer entrevista sobre a questão, sob pena de multa diária de dez salários mínimos.

7. Escuta telefônica

8 de novembro de 2006 – Um dos telefones da sucursal da **Folha de S.Paulo** em Brasília, instalado no comitê de imprensa da Câmara dos Deputados, teve seu sigilo quebrado em meio a investigações da Polícia Federal sobre o caso do dossiê eleitoral contra o PSDB. O fato veio à tona no dia 8 de novembro, e a escuta aconteceu entre 1º de agosto e 29 de setembro. Embora a quebra do sigilo telefônico tenha sido autorizada pela Justiça, os contatos telefônicos feitos pelos profissionais do jornal foram expostos, desrespeitando a determinação constitucional do sigilo da fonte, além de pôr em risco o direito à privacidade dos cidadãos.